

## Educação para a Cultura de Paz e Formação de Professores

### Education for Peace Culture and Teacher Training

Sheyla Maria Fontenele Macedo<sup>1</sup>  
Karen Ingrid Nogueira Magalhães<sup>2</sup>  
José Mário de Souza<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva compreender algumas das bases epistemológicas para o incremento de uma educação para a cultura de paz e as possibilidades de uma formação docente humanista que aponte para essa rota. A metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa, de base fenomenológica, fundada no método interpretativo. É ainda, uma investigação da ordem descritiva e de revisão bibliográfica, em que tomamos Morin (2000, 20003) e Pecotche (2014, 2015, 2017, 2018, 2019) como marcos referenciais primários. A educação humanista voltada para a temática da cultura de paz, ainda precisa ser compreendida, divulgada e praticada. Constatamos que para atingir esse desiderato, é preciso revisitar os alicerces da formação docente, razão pela qual elencamos oito pontos necessários à *práxis*. O artigo visa promover uma reflexão sobre o compromisso ético de se desvincular individualmente das práticas sociais da contracultura de paz, o que nos leva a repensar os modelos educacionais atualmente utilizados na formação de professores.

**Palavras-chave:** Educação. Cultura de Paz. Formação de professores.

**Abstract:** This article aims to understand some of the epistemological foundations for the enhancement of education for a culture of peace and the possibilities of a humanistic teacher training that points in that direction. The methodology adopted in this study is qualitative in nature, based on phenomenology and founded on the interpretive method. It is also a descriptive investigation and literature review, in which we take Morin (2000, 20003) and Pecotche (2014, 2015, 2017, 2018, 2019) as primary reference points. Humanistic education focused on the theme of a culture of peace still needs to be understood, disseminated, and practiced. We have found that in order to achieve this goal, it is necessary to revisit the foundations of teacher training, which is why we have listed eight necessary points for *praxis*. The article aims to promote a reflection on the ethical commitment to individually disassociate from the social practices of the counter-culture of peace, which leads us to rethink the educational models currently used in teacher training.

**Keywords:** Education. Culture of Peace. Teacher training.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa, Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAPF/UERN), do Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE). E-mail: [sheylafontenele@uern.br](mailto:sheylafontenele@uern.br). Redes: @educacao.humanista. Site: [www.educaçãohumanista.com.br](http://www.educaçãohumanista.com.br) Youtube: <https://www.youtube.com/@educacaohumanistaexistencia>

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAPF/UERN). Especialista em Neuropedagogia (FAVENI). Pedagoga (CAPF/UERN). E-mail: [karenmagalhaes@alu.uern.br](mailto:karenmagalhaes@alu.uern.br)

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAPF/UERN). Especialista em Geopolítica e História (FIP). Graduado em Geografia (UFRN) Graduado em Pedagogia (CAPF/UERN). E-mail: [mariosouza@uern.br](mailto:mariosouza@uern.br)



## Introdução

Pensar sobre a paz algumas vezes pode parecer utópico, um sonho distante. Afinal, o que de tão extraordinário poderia acontecer para acabar com a violência no mundo? Nesse processo em que somos conduzidos pela esperança, diversas vezes nos apegamos às teorias que nos remetem às promessas de paz. Apenas conseguiremos obter a paz quando algum líder religioso nos salvar da desordem terrestre? Delegamos a um ou outro homem, sozinho, essa tarefa? Nessa incessante busca pela paz, que muitos consideram uma quimera, alguns de nós vão perdendo o altruísmo e a esperança de viver em um mundo melhor. Onde a tão sonhada paz se encontra? Quiçá no fim de algum arco-íris? Todas essas questões nos levam a um ponto em comum a educação para a paz. Mas se o alcance da paz nos parece um devaneio, como fica nesse ínterim a formação de professores em direção à educação para a paz, especialmente para aqueles que lidam com a infância?

Motivados por esse contexto discursivo, o primeiro subtítulo deste artigo se estrutura mediante reflexões sobre a paz, a educação para a paz, e que consideramos não se trata de um projeto pedagógico para o além. Ela é possível no aqui e no agora. No segundo tópico, desenhamos oito possibilidades formativas docentes em direção às trajetórias educativas que venham a colaborar na construção dessa aspiração. Razão pela qual é objetivo deste trabalho compreender algumas das bases epistemológicas para o incremento de uma educação para a cultura de paz e as possibilidades de uma formação docente humanista.

Principiamos por problematizar, o que é a paz?

A paz é uma caminhada que só ocorre pela vontade e ação do ser humano. Não há uma chegada ou ponto final, uma vez que as potencialidades humanas são infinitas e somos capazes de evoluir sempre. À medida que cada um de nós transforma seus comportamentos e relações interpessoais, em que as organizações redefinem seus objetivos e métodos, em que mecanismos institucionais e políticas públicas são criados – tudo isso com o objetivo comum de construir uma Cultura de Paz – já estaremos conquistando a paz (MILANI; JESUS, 2003, p.18).

A paz é, portanto, um estado, uma condição humana, exatamente por nos constituirmos em seres “pensantes” e “sentintes”. É ainda um aprendizado; o que significa que a paz pode e deve ser ensinada. É uma conquista contínua, que se inicia de pessoa para pessoa, de indivíduo para indivíduo, de espírito para espírito, culminando nas relações e interações que estabelecemos com outros seres humanos, com todas as formas de vida e com o mundo que compartilhamos.

Pelas razões apresentadas, entendemos que a paz precisa ser enxergada como um projeto pedagógico sério, embasado em uma educação de teor humanista. Mas essa educação não acontecerá enquanto nós, professores, não formos os primeiros a ser tocados, a partir do que aqui consideramos a reforma de Si.

A educação para a cultura de paz teve seu marco no ano de 1997, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou que o ano 2000 fosse anunciado como o Ano Internacional da Cultura de Paz, sendo o período entre 2001 a 2010 designado como a Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo (NOLETO, 2008). Nesse contexto, foi lançado, em março de 1999, na França (Paris), o Manifesto 2000, construído por um grupo de ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, que se integraram à bandeira da Cultura de Paz, levantada pelos representantes das Nações Unidas e da UNESCO na ocasião. O manifesto estabeleceu os alicerces de uma nova ordem social mundial, com fundamento em seis princípios: o respeito à vida, a prática da não-violência, a luta contra a exclusão e a opressão, a defesa da liberdade de expressão e cultural, a promoção do consumo responsável e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade (NOLETO, 2008). Entretanto, de lá para cá, pouco se avançou em termos da concretização desse ideário, ou em termos de projetos formativos direcionados à uma educação de teor humanista, ou de programas pontuais voltados para a cultura de paz. Por outro lado, entende-se que a educação reflete um acontecer político-social que oportuniza o incremento da humanização, sendo a educação, o fenômeno que conduz os indivíduos aos valores representativos da cidadania (MILANI; JESUS, 2003). Acreditar na educação como rota pacificadora e, simultaneamente, constatar a inexistência de uma pedagogia voltada para a cultura de paz, nos parece um contrassenso. Que educação tem sido essa, em que “não estão conseguindo reverter, em suas realidades, os dados da violência, de forma significativa?” (MILANI; JESUS, 2003, p.164).

A escola é tradicionalmente conhecida como o espaço privilegiado de preparação do ser humano para a vida em sociedade, o *lócus* formativo para a cidadania, cujo trabalho sucede ao da instituição familiar. É o lugar onde aprendemos, desde a primeira infância, as normas de conduta, os valores éticos e morais, além dos conteúdos disciplinares, e não somente a instrução. Logo, escola e família precisam trabalhar lado a lado.

Subentende-se que é, especialmente por meio da educação, que podemos transformar a realidade. Mas se a escola ainda não despertou para o paradigma da cultura de paz, interrogamos: em que circunstâncias se encontra a formação de professores? Como se acha a educação humanizada daqueles que assumirão as bases da geração humana de um país? Há fortes indicativos de que existem lacunas nessa esfera educacional.

Não intencionamos colocar sob a responsabilidade dos professores toda a construção de um melhor presente e de um futuro promissor, já que existem questões estruturais envolvidas como as políticas de governo, de Estado etc. A grande questão desafiadora é saber de fato qual é a parte que nos cabe neste latifúndio, e revolver o que situa o professor em um modo operacional automático. O fato é que “O paradigma da Cultura da Paz enfatiza a dimensão humanizadora da educação, encarando-a, antes de tudo, como um processo de

conhecimento, crescimento e desenvolvimento do próprio educador, para que possa ser um agente multiplicador junto a seus alunos e à comunidade” (MILANI; JESUS, 2003, p.163).

Do problema posto, emerge a seguinte questão norteadora: Quais são as bases epistemológicas preliminares que poderão incrementar o processo de uma educação para a cultura de paz nas escolas e quais as possibilidades de uma formação docente humanista nesse sentido?

A título de situar e demarcar o nosso lugar, comunicamos que o artigo é resultado do Projeto “Ética na Escola”, do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)<sup>4</sup>, Campus de Pau dos Ferros (CAPF), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento do Processo Ensino-Aprendizagem (GEPPE), e se constitui em base teórica das pesquisas de dissertação na esfera da ética e da educação humanista de dois orientandos do PPGE/ CAPF/UERN<sup>5</sup>.

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa, de base fenomenológica, pois se funda na guisa do método interpretativo, visto que busca analisar os fundamentos teóricos que sustentam as consciências que emitem conceitos acerca de certa temática. É também uma investigação de ordem descritiva e de revisão bibliográfica. Os passos metodológicos para o cumprimento da referida revisão foram baseados em acordo com os estudos de Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2010), sendo precisamente:

- a) A delimitação do objetivo do artigo;
- b) A elaboração do plano de trabalho em acordo com os objetos de estudos (Educação para a cultura de paz; Formação de Professores);
- c) Levantamento dos marcos teóricos;
- d) Localização dos materiais teóricos;
- e) Leitura flutuante e depois pontual dos materiais;
- f) Seleção de pontos relevantes;
- g) Fichamento dos pontos e citações;
- h) Redação do artigo.

Acreditamos que a pesquisa é possibilitadora de transformações em âmbito de *mindset*. O que nos remete a câmbios de compreensão, que dependendo do impacto que as palavras promoverem, será um artigo para a criação de “comunidades práticas, cuja experiência de aprendizagem transcende os muros da academia, permitindo aos atores sociais que dela participam recriarem-se enquanto pessoas e profissionais, em que aprender a aprender é matéria que se faz na prática, e não nos discursos” (MACEDO, 2018, p. 475).

---

<sup>4</sup> Coordenado pela Dra. Sheyla Fontenele (docente do PPGE/CAPF/UERN).

<sup>5</sup> Orientandos do PPGE (CAPF/UERN): Karen Ingrid Nogueira Magalhães e José Mario de Souza.

## **Perspectivas epistemológicas para professores: entre a paz e a guerra - “Dente por dente, olho por olho”**

O objetivo deste subtítulo reside na intenção de levantar arcabouços teóricos que consideramos pertinentes para que possamos subsidiar o campo da formação de professores acerca das concepções de paz, da cultura de paz e, da educação humanista. Temos identificado que o conceito de paz e por sua vez, da contracultura que insiste em se perpetuar, precisam ser revisitados, para uma formação docente com base no prisma humanista.

Na era mesopotâmica, por volta de 4000 a.C., e em resposta à constante e desenfreada violência disseminada entre as pessoas, foi instituída uma lei que ficou conhecida como a Lei de Talião, cujo princípio axiomático é o seguinte: “olho por olho, dente por dente”. Em outras palavras, quando alguém comete uma infração, terá de receber uma pena correspondente àquela cometida, e pela pessoa que foi lesada (HIGA, 2022).

São incontáveis os registros históricos do emprego da Lei de Talião em instâncias que adquiriram grande importância para a humanidade, tais como: o Código de Hamurabi<sup>6</sup>, o Alcorão<sup>7</sup> e a Bíblia.

Essa lei foi interpretada de diferentes maneiras ao longo do tempo. E se, por um lado, há quem compreenda o contexto histórico em que a lei foi instituída, a fim de manter um equilíbrio na perspectiva da justiça (REDE, 2006), por outro lado, essa lei deixou um rastro nos corações humanos: a crença que assegura a violência como a única forma para a resolução de nossos litígios, desacordos, querelas.

Concordamos que cada um deve assumir as responsabilidades acerca de seus atos, pois a vida em sociedade exige o imperativo ético da justiça. Mas é relevante recordar, que por detrás da referida lei, há a intenção de que se floresça no seio social o germe da intolerância, do ódio e da contracultura de paz.

Incontáveis foram os marcos de violência humana, que ameaçaram, inclusive, a vida no planeta, e aqui podemos citar alguns: Guerra dos Trinta anos (1618-1648); Guerras Napoleônicas (1803-1815); Rebelião de Taiping (1851-1864); Guerra Civil Americana (1861-1865); Primeira Guerra Mundial (1914-1918); Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945); Segunda Guerra Mundial (1939-1945); Guerra do Vietnã (1955-1975); Guerra Soviética no Afeganistão (1979-1989), entre tantas outras (COELHO, 2020).

---

<sup>4</sup> O Código de Hamurabi foi o primeiro código de leis da história e vigorou na Mesopotâmia, quando Hamurabi governou o primeiro império babilônico, entre 1792 e 1750 a.C. O Código de Hamurabi é uma das referências mais antigas correspondente ao que conhecemos hoje como Direitos Humanos (HIGA, 2022).

<sup>5</sup> O Alcorão é o livro sagrado a todo o adepto da religião islâmica (SANTIAGO, 2012).

O que precisamos compreender é que nenhuma guerra iniciou no primeiro confronto ou no primeiro golpe. A guerra começa bem antes de alguém proferir as primeiras ofensas que precedem os grandes ataques. Pecotche (2014), educador humanista argentino, remete-nos a algumas questões, que nos permitem concluir que a violência, não se encontra em outro lugar, senão nas mentes e nos corações humanos:

Que pensamentos impedem os homens de viver em paz, em harmonia com seus semelhantes e tranquilos com suas consciências e seus interesses? Que germe maligno se introduz nas mentes humanas, fazendo com que elas, em torturantes desvios, compliquem as situações e multipliquem os problemas, quando mais necessárias são as soluções e o entendimento mútuo? (PECOTCHE, 2014, p.187).

A guerra desperta como pensamento e ideia no interno de cada um, e de forma tão sutilmente silenciosa, que ninguém percebe que ela está nas (quase) imperceptíveis violências geradas e reproduzidas por nós cotidianamente. É a isto que se refere a Monja Coen Roshi, missionária da Tradição Zen Sotoshu do Japão, em uma palestra para a escola Paulista de Psicanálise com o tema “A violência invisível” no ano de 2013: “Sentar-se e conhecer-se. [...] se eu não estiver observando-me não percebo e vou legitimando uma sociedade violenta de coisas pequenas no meu dia a dia” (ROSHI, 2013). Em outras palavras, a violência é interna e invisível:

Quando falamos de violência invisível, estamos falando de quando nós vivemos a dualidade e a separação do EU e do OUTRO. Esses outros seres que eu desconheço, não sei quem são, que eu não consigo dialogar, que me são estranhos... Assim criamos a dualidade, violentando alguém, pois, eu não estou acolhendo, reconhecendo a semelhança comigo. Nós não somos iguais, cada um de nós é único, não há dois seres iguais, mas somos todos semelhantes (ROSHI, 2013).

Em nosso dia a dia, estamos alheios de nós mesmos. Não temos tempo de analisar o que se passa nesse recinto interno que abarca a nossa mente e a nossa sensibilidade, e logo, não temos tempo para também notar o outro. As rotinas cheias, infindáveis horas de trabalho, a pressa como desculpa, o fluxo das vidas, os dramas pessoais, tudo isso contribui para a falta tempo para nos dedicarmos a este ser mais importante de nossas vidas: o humano que se é, o humano a nossa volta. Outrossim, não enxergamos o outro, só a nós mesmos, e sustentamos ideias que entram sorrateiramente nas mentes como “pseudoverdades”. Não enxergamos o outro, como extensão nossa, já que fazemos parte de uma só civilização, a humana. Na correria, desaprendemos a refletir sobre nós, sobre as pessoas e o mundo a nossa volta, se é que houve em algum tempo aprendizado nesse sentido. E no curso da ausência de si mesmo, da autorreflexão, do autoconhecimento, desaprendemos o compromisso em ser melhor, em deixar a melhor mensagem nesse mundo, e conseqüentemente, sofremos coletivamente com esse abandono.

Macedo (2018) sugere que é por meio da “reflexão sensível” que desabrochamos as potencialidades de nossa individualidade tornando-nos pessoas melhores. Com isso

contagia-se os que estão próximos, uma vez que, quem se edifica no bem, emana o bem, e logo, forja-se no bom. Nesse sentido, nos remetemos à seguinte concepção do que significa ser bom:

[...] ser bom ou ser melhor significa ser mais consciente. Somente assim se pode chegar a ser bom no amplo sentido do termo. Do contrário, a bondade, essa bondade que não nasce na consciência, pode ser perigosa; em determinado momento, pode transformar-se em algo que não seja bondade (PECOTCHE, 2017, p.127).

Não há como idealizarmos a pessoa boa, o indivíduo melhor, sem lembrar de todas as questões que envolvem a formação consciente desse ser bom. Ser bom por quê? Para quê? Ser bom não é ser bonzinho, mas é sê-lo em condutas reais, voltadas para o bem de si e do outro, e em prol da “comum-unidade”, da comunidade que não cancela o indivíduo.

Mas de quais elementos se constitui a paz? A paz se reveste de muitos valores éticos, que se incrementam com base no pensar e na sensibilidade humana, sendo um desses valores a empatia. Sob a perspectiva de Carl Rogers, detalhada no livro Cultura de Paz (2017), temos:

[...] a empatia era vista por Rogers não apenas como uma resposta reflexa ao comportamento do outro, mas também como uma habilidade aprendida/desenvolvida que envolve o estabelecimento de vínculos cognitivo-afetivos entre duas ou mais pessoas, durante os quais alguém se permite, deliberadamente, sensibilizar-se e envolver-se com a vida privada de outros (SILVA; SOUZA; AQUINO, 2017, p.27).

Vestir-se psicologicamente de empatia pode parecer um desafio, mas, quando estamos motivados em desenvolver o sentido do bem, nada parece difícil. Sobre esse ponto Lévinas, (2000), ao apresentar a metáfora do “rosto” como preceito de alteridade, admite que é ao nos colocarmos no lugar desse outro, desse rosto, que reconstruímos a nossa própria imagem. É no rosto, no outro, que se realiza a representação da acolhida desse “estrangeiro”. Desse desconhecido, que é uma extensão de nós, visto que fazemos parte da mesma civilização. Ver a si no rosto do outro nos possibilita alcançar a perspectiva da compreensão de si, para se chegar à compreensão do que é mesmo a paz.

A paz é, sem sombra de dúvidas, uma das condições para que tenhamos uma vida boa. conceito de vida boa elaborado por Rogers e explanado na obra Cultura de Paz (2017) refere-se a “sempre busca a expansão e a maturação de todas as potencialidades de uma pessoa, implicando a coragem de ser e de transformar-se continuamente (SILVA; SOUZA; AQUINO, 2017, p.29).

Para viver bem, somos provocados a ser plenos, empáticos, reflexivos e, acima de tudo, sensíveis. Esse é um exercício que pode ser produzido de nós para o outro, do interno ao externo, para que possamos e, finalmente, alcançar proporções superiores que

promovam uma cultura de paz: “Se nós queremos criar uma cultura de não-violência, precisamos conhecer com intimidade a nós mesmos. Nas violências, também, que nós cometemos contra nós mesmos por desconhecimento desse funcionamento” (ROSHI, 2013).

Outro aspecto fundamental para a criação de uma cultura de paz, reside no valor ético da justiça. Rawls (2008), estudioso nesse campo, compreende que a justiça precisa passar pelo crivo da equidade, assente nos princípios da igualdade, liberdade, da retidão, da imparcialidade. A justiça é, portanto, um pacto social, forjado por meio do que Rawls (2008) determina de “contrato social”, a ser construído por todos. Em outras palavras, os humanos em sociedade precisam compor acordos acerca da justiça vigente em suas sociedades, tomando por base os princípios mencionados, que ao nosso ver, também precisam ser pactuados. Entretanto, esses contratos teriam de se fundamentar no conceito de respeito universal à toda forma de vida, em primeiro lugar.

Dessa forma, reconhecemos que a validação da injustiça, da violência e da vingança são consequências da ausência de um paradigma de justiça refletido, do individual para o coletivo, e que apontem em direção a uma cultura de paz, com base na seguinte premissa:

[...] cultura de paz é a sua própria vivência, que pode se tornar, por consequência (e não por intenção), um paradigma existencial para o mundo. Nessa perspectiva, encontramos Martin Luther King Júnior, Madre Tereza de Calcutá, Mahatman Gandhi, dentre outros, que Cultura de paz: processo em construção descobriram novos caminhos para a superação de conflitos. (...) nessa perspectiva, a paz se constrói a cada momento em que se age por meio da consciência do sentido e dos valores, os quais podem erigir uma vida mais digna e mais humana (SILVA; SOUZA; AQUINO, 2017, p. 32).

Temos identificado que tanto a escola, como as instituições de formação docente têm insistentemente mantido o paradigma do “depósito” (FREIRE, 1996). A cultura de paz precisa ser ativa e não, passiva. Saber o que é a paz, estudar, ler sobre a paz não nos torna seres pacíficos, é só parte da caminhada. O viés conteudista não atende as premissas para forjar uma civilização que forje um mundo melhor. Ensinar conhecimentos científicos é preciso, imprescindível, mas a educação que não humaniza, abre espaços para as atrocidades, que bem sabemos muitos humanos cometeram, em especial, aqueles que galgaram postos laborais estratégicos na sociedade. A lacuna na formação humanista, tem sido, sem sombra de dúvidas, um equívoco na estratégia de educar para a vida boa.

Diante do que foi expressado até aqui, a educação para a cultura de paz, de base humanista, não descredencia a justiça, pelo contrário, anda de mãos dadas com ela. No entanto, enquanto não tratarmos a temática pela base, a partir da educação humanista, que se sustenta de “dentro para fora” (MACEDO, 2023), a paz se encontra ameaçada. Em síntese, é preciso cuidar que a educação e o ato educativo para e pela paz se incrementem com ações concretas do Eu para o Outro e para o mundo que nos cerca. Não somos uma ilha. Vivemos

uma experiência individual imbricada com um coletivo humano e em uma grande nave civilizatória, chamada Terra. E essa questão precisa ser revisitada com seriedade também.

Pesaroso é constatar que, neste exato momento em que estamos dedicando o nosso tempo de vida à reflexão sobre a paz, existe uma criança, um ser humano, em algum lugar do mundo, com medo, fome e experimentando as barbáries que toda violência impõe. Mas mesmo para os humanos que, felizmente vivem em países pacíficos, a paz ainda não foi compreendida. É considerada somente ausência de guerra, em que interesses de grupos hegemônicos são priorizados. Isto não é paz, é corporativismo. E a grande verdade é que temos testemunhado o repetitório: os seres humanos se digladiando, dividindo-se, levantando bandeiras em prol de razões personalizadas, em que se tem esquecido que a família humana ao se dividir jamais encontrará a rota da tão sonhada democracia.

A verdadeira educação para a cultura de paz exige a revisita de Si, a identificação daquilo que nos desumaniza no cotidiano. A correção das pequenas condutas e atitudes que sequer são percebidas e que vão nos desqualificando da condição humana.

É preciso expurgar o vírus da guerra, plantado nas mentes e nos corações desde sempre, pois são incontáveis os efeitos nefastos, dentre eles o desrespeito aos direitos humanos que têm como fundamento a própria vida. A paz se torna condição *sine qua non* à preservação da vida humana como espécie.

Sobre os direitos humanos, Sayão (2017) assenta que:

Falar em Direitos Humanos é falar da paz, da sabedoria nascida da interdição de matar o próximo e amar o estrangeiro, que se traduz no respeito à diversidade que nos constitui e suplanta todos mecanismos egoístas que venham nos tolher. Falar em Direitos Humanos é negar toda sorte de violência, toda forma de opressão e aniquilamento do Outro, a não ser que a justiça o exija, a não ser que o bem maior ao Outro seja necessário (SAYÃO, 2017, p. 58).

Precisamos “ser” a paz que anelamos, defendemos, ou então estaremos apenas teorizando a paz, sem exemplificá-la nas ações diárias.

Com relação à violência, Araújo e Luna (2009) não a restringe à minimização da criminalidade em certa sociedade. A violência é tudo o que fere o princípio da vida e que esmaga a dignidade da pessoa, o que denota ao entendimento de que violência gera violência. É sempre um ciclo “sisífico”, vicioso, que nos remete a um *continuum* dar mais do mesmo, que projetará as sociedades a resultados já vividos, já conhecidos, à divisão da civilização humana, à segregação justificada.

A paz, por outro lado, não é a ausência de conflitos. Os dissensos, os problemas, os desacordos, as controvérsias sempre existirão. Precisamos dessa dialética para evoluir. Sobre essa questão:

Conflito não necessariamente é sinônimo de ausência de paz. A cultura de paz busca um entendimento de formas distintas de olhar para o conflito, para os participantes, para as motivações que deram origem ou que contribuem para que haja uma busca de solução, por vezes, de transformação. Após o conflito, o antes não volta a ser como era, mas pode haver um entendimento, novamente, entre as partes, entre os envolvidos, entre os atingidos. O conflito é transformador. A paz é restauradora (DAMIANI; HANSEL, 2017, p.19).

Dente por dente, olho por olho!! Essa é uma máxima que valida uma pequena injustiça aqui, uma pequenina violência acolá e, assim vamos contribuindo paulatinamente para a legitimação de uma cultura injusta, de ódio, guerra e violência. Tudo o que o mundo precisa é que nós seres humanos, individualmente ou em grupo, façamos a nossa parte. E que parte é essa? Eliminar em si o germe da desumanidade. Trabalho esse que terá de chegar com força às escolas, e a começar pelos cursos de formação de professores, em especial, os de Pedagogia.

Sintetizamos os principais arcabouços teóricos que subsidiam a educação e são fundamentais para a formação de professores voltados para a cultura de paz. São eles:

- a) É essencial compreender a paz a partir da dimensão do ser, buscando a realização da paz em si mesma.
- b) Essa tarefa requer o domínio de uma didática filosófica, que começa com o que Macedo (2018) chama de reflexão sensível, em que a sensibilidade é um elemento participante nas tomadas de decisão.
- c) É importante entender que toda forma de violência oprime e destrói todas as formas de vida.
- d) É fundamental compreender que fazemos parte de uma única civilização, a humana, e que ela deve ser construída por meio da experiência da participação da escola, da família e da comunidade.

Outrossim, as questões em pauta nos direcionam para a necessidade de revisar os modelos educacionais e linhas pedagógicas adotados em nossos cursos de formação de professores. Isso nos remete à construção de um novo paradigma humanista, que requer a participação consciente, ou seja, o ato de concentrar “sua atenção dentro de si mesmo (...) ser consciente de sua própria vida, analisando tudo o que há nela: defeitos, virtudes e o que mais constitua sua razão de ser” (PECOTCHE, 2019, p. 301).

### **Por uma formação docente para a cultura de paz**

A paz... A paz...É necessário pensar nas bases epistemológicas que sustentam os cursos de formação de professores, e que envolvem o imperativo ético da educação para a cultura de paz. E nesse sentido, é preciso pensar em uma efetiva formação docente

humanista, que promova não a cultura da “cosmética humanista”, mas que realmente agregue a transformação de cada professor.

Sobre a educação humanista, Macedo (2023), inspirada nos ensinamentos de Pecotche (2014, 2015, 2017, 2018), conceitua:

É aquela que começa a partir do humanismo de Si mesmo. Não há como ensinar o humanismo, sem que o próprio viva e se forje no fogo da experiência humanista. Ser humanista é, antes de tudo, assumir o compromisso com o seu próprio aperfeiçoamento e com o dever de partilhar estes saberes e fazeres com a humanidade (2023, n.d).

Diante do exposto, é preciso compreender quais são os fundamentos que embasam a formação de professores, e que nos apontam rotas em direção à formação humanista.

Iniciamos por questionar: o que é formação?

[...] o campo da “formação” em nosso entendimento, está indiscutivelmente atrelado à esfera da educação, especialmente no que se refere à sua natureza profissional, pois se consiste num processo educativo necessário, que se estende ao longo de uma carreira, e que se desenvolve por meio da imbricação de “conhecimentos”, “saberes” e “fazeres” que apontam em direção à competência, ao aperfeiçoamento e a qualificação profissional. Razão pela qual o termo com o passar do tempo se vinculou literalmente ao campo da educação e se materializou das mais diversas formas, especialmente por meio de programas de formação (MACEDO, 2018, p.109).

Logo, toda formação de professores será sempre um projeto de intencionalidades, que se estrutura nas diferentes áreas de conhecimentos e nas práticas. As grandes questões que se levantam neste artigo, são: quais os desígnios desse projeto? Temos formado professores para qual fim?

Compreendemos que é preciso a retomada de questões filosóficas de base: Para que existimos? Qual o sentido da existência de cada ser humano na terra? Só a partir da clarificação dessas inquietudes é que podemos traçar um projeto formativo docente inspirado em preceitos de natureza humanista, assente no compromisso ético de forjar uma humanidade melhor.

Nesse sentido, é preciso revisitar a ruptura que se evidencia, por exemplo, nos cursos de Pedagogia entre as áreas de Fundamentos e Práticas de Ensino. Identificamos a necessidade de que esses campos dialoguem e que o princípio *praxiológico* seja posto em prática. Componentes como os de Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, assim como os de Estágio Supervisionado, necessitam interagir mutuamente, visto que seus postulados se complementam. A Filosofia nos cursos de Pedagogia não é para formar filósofos, mas para quiçá, “filopedagogos”. Já as práticas não podem se fechar em si, sem que haja um intercâmbio entre aquelas ciências que redimensionam a educação. Sem isso, incorreremos no risco de formar pedagogos instrucionais que sabem montar bons

planos educacionais, bons projetos de curso, mas que não fazem a ligadura do ensino e do que ensinam com o sentido do existir humano. Com isso, a formação de professores terá de se embasar em uma pedagogia que aponte para a *práxis* formativa integral do ser. Formação essa que deverá alcançar inicialmente o próprio professor, e no futuro, o educando que o pedagogo irá ensinar, quer seja nos espaços escolares ou não escolares. Nesse sentido, alinhamos com Macedo (2023) quando referenda que: “A educação integral é aquela, que contempla que a educação humana precisa acontecer a partir da premissa epistêmica assente no seguinte esquema prévio: ‘conhecimentos e saberes científicos que edifiquem a cultura humana + o processo de humanização’”. (MACEDO, 2023, n.d.).

Reiteramos que o curso de formação de professores precisará se munir de uma base epistêmica que aponte para os sentidos e significados de uma educação de cunho integral. Por conseguinte, é preciso identificar as potências do ser humano. Que humano é esse? Do que é capaz? Até onde pode ser humanizado?

A vida humana foi forjada no âmbito de uma trílice configuração: biológica, psicológica e espiritual (PECOTCHE, 2015). Importante clarificar que não há na expressão espiritual um sentido religioso. Isso porque a ideia de que temos uma essência incorpórea não é nova:

[...] o espírito humano vem a ser a nossa essência, o nosso “sopro vital”. Encontramos o conceito de espírito associado à ideia de alma em diversas passagens da Filosofia. Assim, Platão via a alma associada ao Mundo das Ideias e o corpo, como matéria e princípio em que o mal se revelava, sendo uma ‘prisão’ para a alma, que encarcerada, se submetia às inúmeras formas de confinamentos mentais, sensíveis, morais. Já Aristóteles corpo e alma estavam ‘tal para qual’, e cuja correspondência determinada à unicidade, à perfeição (MACEDO, 2023, n.d.)

Os modelos pedagógicos voltados para a compreensão da educação, em especial na infância, têm se pautado principalmente em nossa conformação material, da ordem biológica. Educamos para um ser que nasce, cresce, reproduz e morre, fazendo com que as Ciências da Natureza ascendam a certo *status*, enquanto as Ciências Humanas e Sociais têm sido relegadas a um segundo plano no contexto das práticas educativas. Assim sendo e conforme preconiza Morin (2000), criou-se uma série de dicotomias que precisam ser rompidas nos discursos acadêmicos.

Assentados nas reflexões que apresentamos até o momento, sintetizamos as temáticas que precisam ser intercambiadas, repensadas e aplicadas na prática docente nos cursos de formação de professores, em direção a uma educação de cunho humanista. Essas temáticas são baseadas especialmente nos contributos de Morin (2000), Macedo (2018, 2023), Pecotche (2014, 2015, 2017, 2018) e Rawls (2008). Identificamos essas temáticas por

meio de estudos e pesquisas sobre humanismo na educação<sup>8</sup>, bem como com base em nossa experiência docente e gestora, e que se condensam em oito pontos:

a) O sujeito x o indivíduo. É preciso mudar a ideia de que "damos aulas para turmas" (MACEDO, 2023); é indispensável enxergar os estudantes como indivíduos, como seres em constante estado de "evolução" (PECOTCHE, 2014). Um exemplo disso é um aluno que obtém boas notas, mas se envolve em *bullying* com outros colegas. Um professor humanizado vai além da perspectiva da avaliação somativa e do desempenho acadêmico, passando a identificar a aprendizagem relacionada à formação integral, que abrange o desenvolvimento de valores para a vida;

b) Corpo X Alma (MORIN, 2000). A insistente intenção em formar professores para entulhar textos e livros, sem penetração e o envolvimento anímico e sensível com os conhecimentos apresentados, forjou uma formação assente no instrucional, no acúmulo de dados, em detrimento do envolvimento da alma nos conhecimentos científicos apresentados;

c) Razão x Sentimento (MORIN, 2000). “Penso logo existo”. O melhor, segundo Macedo (2023) seria “penso e sinto, logo existo”. Macedo (2018) adverte ainda que é preciso que os professores se temperem baseados em uma reflexão sensível. Em que a atitude da crítica pela crítica é substituída pela razão humanizada. Em que os conhecimentos serão balanceados pela sensibilidade, ou, “pensar o que sente e sentir o que pensa” (PECOTCHE, 2014, 2015, 2017, 2018);

d) *Laissez Faire* x Liberdade (RAWLS, 2008). Não há como se viver em liberdade com a prática do “tudo pode”, pois a vida em sociedade exige regras. Mas elas terão de ser contratuais, como explicita Rawls (2008), ou seja, a liberdade sem alteridade será liberdade somente para alguns. Nesse sentido, a formação de professores deve promover a visão de relacionamentos baseados na irmandade, na compreensão de que o meu espaço pessoal deve ser respeitado, mas que não pode suprimir o espaço do outro. É a liberdade do ser que vive COM;

e) Objetividade x Subjetividade (MORIN, 2000). A formação de professores que prepara somente para as certezas, também é a que educa para a ilusão. O que é o futuro? Não existe. O que é o passado? Não existe, jaz na memória. O que não significa que não devemos projetar os futuros desejáveis. É preciso aprender a viver a vida por dentro e reconhecer a máxima platônica de que o mundo das ideias origina o da matéria. E este, por sua vez, reconfigura o primeiro. Logo, o objetivo é o subjetivo, e a educação terá de ser mediada pela perspectiva de que estaremos em permanente estado de evolução. Não somos seres inacabados, pois o inacabamento pressupõe um dia o estado de acabamento. Somos o

---

<sup>8</sup> Tese doutoral de Macedo (2018), Projeto “Ética na Escola”, do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE).

que somos, seres humanos, em constante aperfeiçoamento, uma “metamorfose ambulante”;

f) Individualismo x Ética Humanista. A ética é um fenômeno do si para a vida em comunidade. A “antropoética” (MORIN, 2000) é a ética pensada para o humano e não para as segregações de humanos. As culturas precisam ser respeitadas, mas é preciso revisitar a ética segundo os princípios regidos por Leis Universais (PECTOCHE, 2015);

g) Segregação Geopolítica X Condição Planetária. (MORIN, 2000) Compreender que estamos todos na mesma barca: O planeta Terra. Esse planeta é um organismo vivo, que se mantém para sustentar toda a forma de vida existente nele, e nós humanos somos filhos dessa Terra. As divisões são somente, e mais uma vez, formas de segregação geopolíticas. Ou como diria Sócrates: “Não sou nem ateniense, nem grego, mas sim um cidadão do mundo”.

h) Ser um "servidor" da humanidade (PECOTCHE, 2019). Servir não significa ser subserviente, mas sim ser prestativo e comprometido consigo mesmo e com o coletivo. Para exemplificar esse conceito, podemos observar o caso do Japão, amplamente conhecido, que emergiu da experiência de Hiroshima e Nagasaki em 1945 e adotou a educação baseada em valores como um dos fundamentos para se tornar uma potência contemporânea. Acreditamos que as sociedades precisam abraçar a ideia de que todos somos educadores, a fim de que possamos “cumprir as duas finalidades de sua existência: evoluir para a perfeição e constituir-se em um verdadeiro servidor da humanidade” (PECOTCHE, 2019, p. 93).

Todos os temas apresentados aqui, por si só, já contribuiriam significativamente para uma grande mudança nos programas de formação de professores, especialmente aqueles voltados para a infância. Esses conteúdos estão inter-relacionados, mas o grande desafio seria como implementar essa abordagem humanista no currículo. Reconhecemos que o atual modelo disciplinar vai na contramão das intenções apresentadas aqui, pois promove a divisão entre os seres humanos e a especialização do trabalho (MORIN, 2003). A saída proposta por Morin (2003) é adotar uma abordagem metodológica de "inter-poli-transdisciplinaridade", que permite “criar o intercâmbio, a cooperação, a policompetência” (p.10) entre as diversas áreas do conhecimento e docentes com diferenciadas formações, e que se forjariam em fecundos momentos de “hibridação” (MORIN, 2003).

Poderíamos aqui alavancar outros e incontáveis pontos, além dos oito anunciados, mas admitimos que este texto é um começo de conversa sobre a formação de professores humanistas, que terão primeiramente a tarefa de impulsionar em si a cultura de paz. Levantar bandeiras de paz quando dentro de si, ou no próprio lar essa paz inexistente, são experiências que merecem ser revisitadas. Nesse sentido, partilhamos, nas conclusões que seguem, um dos axiomas mais relevantes sobre o ato de ensinar, o de que o “Dar é ensinar” (PECOTCHE, 2016, p.91).

## Conclusões (não finais)

Reforma educacional! Eis a resposta à questão que propusemos neste trabalho, baseada em oito temáticas que se configuram como bases epistemológicas preliminares para fortalecer o processo de uma educação voltada para a cultura de paz nas escolas e que representam possibilidades de uma formação docente humanista nesse sentido.

Passamos por incontáveis reformas no Brasil, governo após governo. Mas ainda não realizamos a derradeira reforma. A única transformadora, aquela que parte do âmago de cada indivíduo, e que se projeta para o social. A verdadeira disposição em deixar para este mundo, a melhor mensagem que cada um puder, com base em sua curta jornada de vida nesta terra, mas “Para isto, será necessário coordenar um grande plano de educação superior, que permita uma verdadeira e sólida evolução na infância e na juventude, transformando-a em evolução consciente para os homens do futuro” (PECOTCHE, 2014, p. 67).

A paz como cultura permanecerá uma ilusão? A paz enquanto educação e formação continuará uma utopia? Como saber, se esse caminho ainda necessita ser trilhado? O fato é que, repetimos os modelos formativos e educativos desde longa data. Apostamos em atender ao *modus operandi*, e vigente do “dente por dente, olho por olho”. A cultura de paz se gesta dentro de cada um de nós, pois não se pode dar o que não se tem. O respeito se faz a partir da prática do respeito. A ética mediante a prática da ética. E a paz, pela gestão interna e prática dessa cultura. Não encontraremos a paz em ambientes em que os seres não são, por si, pacíficos.

A infância precisa ser resgatada e preservada, e se a criança não é mais vista como adulto em miniatura, por outro lado hoje ela corre o risco de não “ser” mais criança. O eclipse da paz trouxe na bagagem o medo que passou a ser parte do cotidiano infantil. Crianças presas em apartamentos, em casa, sem acesso à rua, à socialização, em que a brincadeira e o outro deixaram de ser encontro e passaram a ser imagens na tela de um celular. O meu “amiguinho” de hoje é o Youtuber “fulano de tal”. Podemos afirmar que a infância foi posta em cárceres passivos e privados, em que os valores essenciais para forjar etapas relevantes de vida infantil têm sido paulatinamente usurpados, assim como o seu papel e lugar na sociedade. A escola é, nesse momento, um dos singulares espaços para a construção da vida infantil, e requer cuidados, afeto, conhecimentos e práticas ricas em humanismo.

Freire (1996, p. 35) aborda que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”, mas

não esperemos que esse imperativo surja do outro, é preciso entrar no jogo com os 100% de si.

Nessa perspectiva reflexiva, os cursos de licenciatura, ao abraçarem os oito temas propostos, também estabelecerão conexões com o ensino de valores éticos, o que nos conduz a uma formação fundamentada na ética humanista (MACEDO, 2018), baseada no respeito ao outro em sua totalidade e em sua natureza impermanente, considerando sua evolução.

Todo professor realiza um juramento no ato da colação de grau, o do acordo ético com o processo de ensino e aprendizagem, e esse necessita ser validado todos os dias. É mister assumir na prática a missão de educar pessoas competentes, qualificadas, mas também forjar seres que reflitam sensivelmente a favor das causas que hierarquizam a vida. Não para proteger os erros, mas para humanizar também a justiça. Pessoas reflexivas, autônomas, sensíveis, razoáveis, coerentes, sensatas e que buscam sempre o saber como meta de vida. Assim, estaremos também, cuidando de nossas crianças e possibilitando a elas uma infância feliz.

Buscar a conduta de bem, ser esse bem, é um comprometer-se em fazer a nossa parte em um mundo despido de violência, de guerras, afetado por um bem maior, em que o amor e a paz sejam parte da viagem, bagagens, heranças que carregamos.

A cultura de paz não se assenta no “chão da escola”, e sim nas mentes e nos corações de cada agente que pisa esse “chão” e que se encontra envolvido no projeto *educere*, do trazer de dentro para fora, ou como ensina Pecotche (2019) “a arte de ensinar consiste em começar ensinando-se, primeiro, a si mesmo” (p.260). Eis a pedra fundamental de toda a formação de professores que aqui discorremos.

Finalmente, acreditamos que, se existe um valor que aquilata a paz, esse valor é a amizade, pois “É pelo signo da amizade que se unem os homens, os povos e as raças, e é sob seus auspícios que há de haver paz na terra.” (PECOTCHE, 2018, p.1). Ensinemos.

Professor, que a paz esteja realmente, em sua mente e em seu coração.

## Referências

ARAÚJO, Gilda Maria Lins; LUNA, Maria José de Matos. **Educação para a paz: a arte de amar**. 2.ed. Recife: Universitária (UFPE), 2009. Disponível:

<https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/421> Acesso em: 23 maio. 2023.

COELHO, Cássio. **As 10 maiores guerras da história da humanidade**, 2020. Disponível em: <https://www.topmelhores.com.br/cultura/225-as-10-maiores-guerras-do-mundo>. Acesso em: 01 ago. 2022.

DAMIANI, Suzana; HANSEL, Cláudia Maria. Introdução In: DAMIANI, Suzana; HANSEL, Cláudia Maria; QUADROS, Maria Suelena Pereira de (org.). **Cultura de paz: processo em construção**. Universidade de Caxias do Sul, RS: Educs, 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cultura-paz.pdf> Acesso em: 14 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). Disponível em: [http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire\\_P\\_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf) Acesso em: 23 maio. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIGA, Carlos César. **Código de Hamurabi**. Brasil Escola: 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/codigo-hamurabi.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÉVINAS, Emanuel. **Totalidade e Infinito**. Edições 70, Lisboa, 2000.

MACEDO, Sheyla Maria Fontenele. **Afinal o que é Educação Humanista?** Portalegre, RN: Educação Humanista, 2023. Disponível em: <https://www.xn--educaohumanista-okb1e.com.br/afinal-o-que-e-educacao-humanista> Acesso em: 28 maio. 2023.

MACEDO, Sheyla Maria Fontenele. **A formação ética profissional do pedagogo na realidade brasileira**. Tese (Doutorado em Educação). Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 538. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/40071>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MILANI Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Dias P. **Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003. Disponível em: [https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/cultura\\_paz/cultura\\_de\\_paz\\_\\_estrategias\\_mapas.pdf](https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/cultura_paz/cultura_de_paz__estrategias_mapas.pdf) Acesso em: 21 maio. 2023.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5645321/mod\\_resource/content/1/MORIN%20A%20Cabe%C7%A7a%20Bem-feita%20PAG%20105.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5645321/mod_resource/content/1/MORIN%20A%20Cabe%C7%A7a%20Bem-feita%20PAG%20105.pdf) Acesso em: 25 maio. 2023.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1081409/mod\\_folder/content/0/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1081409/mod_folder/content/0/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf) Acesso em: 23 maio. 2023.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Abrindo Espaços: Educação e cultura para a paz**. 4.ed. Fundação Vale: Brasília, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000178532> Acesso em: 15 nov. 2022.

PECOTCHE, Carlos Bernardo González. 4. ed. **Coletânea da Revista Logosofia, Tomo 1.** São Paulo: Editora Logosófica, 2014. Disponível em: <https://logosofia.org.br/livros/coletanea-da-revista-logosofia-tomo-i/> Acesso em: 23 maio. 2023.

PECOTCHE, Carlos Bernardo González. 3. ed. **Coletânea da Revista Logosofia, Tomo 2.** São Paulo: Editora Logosófica, 2018. Disponível em: <https://logosofia.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Coleta%CC%82nea-da-Revista-Logosofia-TOMO-II-3ed.pdf> Acesso em: 23 maio. 2023.

PECOTCHE, Carlos Bernardo González. 12. ed. **Exegese Logosófica.** São Paulo: Editora Logosófica, 2016. Disponível em: <https://logosofia.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Exegese-Logosofica.pdf> Acesso em: 23 maio. 2023.

PECOTCHE, Carlos Bernardo González. **Introdução ao Conhecimento Logosófico.** 4. ed. São Paulo: Editora Logosófica, 2019. Disponível em: <https://logosofia.org.br/livros/introducao-ao-conhecimento-logosofico/> Acesso em: 23 maio. 2023.

PECOTCHE, Carlos Bernardo González. 16. ed. **Mecanismo da Vida Consciente.** São Paulo: Editora Logosófica, 2015. Disponível em: [https://logosofia.org.br/wp-content/uploads/2018/12/O-Mecanismo-da-Vida-Consciente\\_\\_16Ed.pdf](https://logosofia.org.br/wp-content/uploads/2018/12/O-Mecanismo-da-Vida-Consciente__16Ed.pdf) Acesso em: 23 maio. 2023.

PECOTCHE, Carlos Bernardo González. **O Espírito.** 8. ed. São Paulo: Editora Logosófica, 2017. Disponível em: [https://logosofia.org.br/wp-content/uploads/2018/12/O-Espi%CC%81rito\\_\\_8Ed.pdf](https://logosofia.org.br/wp-content/uploads/2018/12/O-Espi%CC%81rito__8Ed.pdf) Acesso em: 23 maio. 2023.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REDE, Marcelo. Aspectos simbólicos da cultura jurídica na antiga Mesopotâmia. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20649> Acesso em: 23 maio. 2023.

ROSHI, Monja Coen. **A violência invisível**, 2013. 1 vídeo (1h e 14 min). Publicado pelo canal JorgeJoão. Disponível em: <https://youtu.be/nHWmHmwuhoA> . Acesso em: 01 ago. 2022.

SANTIAGO, Emerson. **Alcorão.** São Paulo: InfoEscola, 2012. Disponível em: <https://www.infoescola.com/islamismo/alcorao/> . Acesso em: 23 jul. 2022.

SAYÃO, Sandro Cozza. Direitos Humanos e bondade: um ensaio sobre a possibilidade da paz a partir de Emmanuel Levinas. In: Suzana Damiani; Cláudia Maria Hansel; Maria Suelena Pereira de Quadros. (org.). **Cultura de paz: processo em construção.** Caxias do Sul: EDUCS, 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cultura-paz.pdf> Acesso em: 23 maio. 2023.

SILVA, Marinilson Barbosa da Silva; SOUZA, Sandra; AQUINO, Thiago Antonio Avellar de. Contribuições humanístico-existenciais acerca da paz. In: DAMIANI, Suzana; HANSEL, Cláudia Maria; QUADROS, Maria Suelena Pereira de (org.). **Cultura de paz: processo em construção.** Universidade de Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cultura-paz.pdf> Acesso em: 14 nov. 2022.

\*\*\*

Recebido: 30.11.2022

Aprovado: 02.06.2023

Publicado: 26.06.2023